



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO ESPECIAL DE VETO

PARECER SOBRE O VETO PARCIAL - PROJETO DE LEI Nº 108/21

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Após encaminhamento da **Proposição de lei nº 101/22** para exame e considerações do Executivo em **01/12/2022**, recebeu **VETO PARCIAL** em **27/12/2022**, devolvendo a esta Casa Legislativa por meio do **OF. DE VETO Nº 23**, em **29/12/22**.

Nos termos do art. 126, do Regimento Interno, o mesmo restou distribuído a esta Comissão Especial, sendo a mesma incumbida de avaliar o veto parcial e suas razões.

Fui designada relatora para exame da matéria e, nesta condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno.

É o necessário relato.

Fundamentação

Trata-se da análise do veto parcial do Excelentíssimo Senhor Fuad Noman, Prefeito da cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 08/02/2023
HORA: 16:28:43



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Projeto proposto pelos ilustres Ver.(a) Wanderley Porto; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão “Proibe as práticas de adestramento agressivo e invasivo contra animais domésticos no município de Belo Horizonte.”

Nas razões do veto parcial, emitido pelo chefe do Poder Executivo, foi trazido á baila preceitos que viola a iniciativa legislativa reservada nos moldes do art. 88, inciso “II”, alínea “a” da LOMBH – Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, bem como, à violação ao princípio da separação de poderes ambos estampados na **Carta Magna**. Sem omitir, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH. **Vejamos:**

Seção VI

Do Processo Legislativo

II - do Prefeito

d) a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo;

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TÍTULO III

DO ESTADO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Seção I Disposições Gerais

Art. 6º – São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Ao delinear no Projeto acerca da imposição de medidas que visam coibir às práticas de possíveis maus tratos físico e psicológico aos animais domésticos durante o adestramento, além de extrapolar a competência do Legislativo Municipal, ainda incorre na possibilidade de criar sérios transtornos quanto à destinação do bichos e, ainda, ao erário municipal gerando despesas, esbarrando assim na Legislação Federal que tem o condão de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ademais, a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação de maneira ampliativa, com isso, ao criar atribuições a órgãos e entidades da administração pública adentrará em competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal ferido-a.

Outrossim, existe a preocupação quanto à destinação, a guarda e proteção desses animais que não podem simplesmente serem tirados dos seus tutores e deixado em local incerto e não sabido, sem nenhuma segurança de encontrar um novo lar, motivo pelo qual não se recomenda tal medida sancionatória.

Ainda no tocante à penalidade, a "perda do registro profissional e/ou proibição de atuar com o adestramento de animais pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos" é medida que não deve se impor, haja vista que não existe no ordenamento jurídico, norma Nacional que preveja e disciplina tal profissão, apenas o Projeto de Lei 5580/20 na Câmara dos Deputados em tramitação, do deputado Bozzella (PSL-SP), cuja aprovação está na forma de substitutivo do relator, deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE), a fim de regular tal profissão. Ratificado por meio do ofício nº 4.343/2021 proveniente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais — CRMV-MG —, de modo que inexistente registro profissional apto a ser cancelado.

De mais a mais, a Carta Magna em seu art. 22, inciso XVI preceitua ser competência privativa da União legislar sobre o tema em questão. **Vejamos:**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(...)

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Portanto tal medida sancionatória não se amolda ao projeto **PROJETO DE LEI Nº 108/21**.

Feito estes apontamentos, encaminho para a **Manutenção do Veto Parcial**.

2 – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, senhores Membros da Comissão Especial de Veto, opino pela **MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 101/21**.

MARILDA DE CASTRO
PORTELA:008215086
95

Assinado de forma digital por
MARILDA DE CASTRO
PORTELA:00821508695
Dados: 2023.02.08 15:39:28
-03'00'

MARILDA PORTELA
VEREADORA
Cidadania

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2022.

Ao Exmo. Senhor
Vereador Fernando Luiz
Presidente da Comissão de Veto Especial
Câmara Municipal de Belo Horizonte

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 08/02/2023 19:33:34 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo PARECER PL 188.21 MANUTENÇÃO DO VETO ok.pdf
Resumo SHA256 do arquivo cb0b26fb4df9591731dc15d7d12c6119c1df71bc69f91ab82aa6d48d5d2f811a
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=MARILDA DE CASTRO PORTELA:***215086**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 08/02/2023 18:39:28 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐